

## **Aula 00**

*TJ-MS (Analista - área de Direito) Lei de  
Execução Penal*

Autor:  
**Alexandre Herculano**

10 de Fevereiro de 2023

## Sumário

1 - Da assistência .....	2
2 - Do Trabalho.....	6
2.1 - Do Trabalho Interno .....	7
2.2 - Do Trabalho Externo.....	9
3 - Dos Deveres.....	10
4 - Dos Direitos .....	11
Lista de Questões.....	12
Questões Comentadas .....	22
Gabarito .....	41



## APRESENTAÇÃO

Olá, meus amigos!

Hoje vamos continuar abordando o Título II da Lei de Execução Penal.

### 1 - DA ASSISTÊNCIA

Pessoal, preso é aquele que se encontra recolhido em estabelecimento prisional, cautelarmente ou em razão de sentença penal condenatória com trânsito em julgado. Assim, temos o preso provisório ou definitivo. **A Lei não restringe a assistência apenas e tão somente aos condenados.** Já chamo a atenção de vocês aqui, pois as bancas gostam de afirmar que a assistência é somente para o preso definitivo.

Por outro lado, temos o internado, que é aquele que se encontra submetido à medida de segurança consistente em internação em hospital de tratamento e custódia, **em razão de decisão judicial.** Ainda que se encontre recolhido em estabelecimento prisional aguardando vaga para transferência ao hospital de tratamento e custódia, também tem assegurado os mesmos direitos.

Assim pessoal, o art. 10 da LEP menciona que a **assistência ao preso e ao internado é dever do Estado**, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Ah! Outra coisa, a assistência estende-se ao egresso (aquele que era detento ou recluso que, tendo cumprido a pena, ou por outra causa legal retirou-se do estabelecimento penal).



A assistência será material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa.

Vejamos uma possível questão de prova:



(2021) A assistência ao preso e ao internado será, EXCETO:

- A) jurídica
- B) educacional
- C) social
- D) religiosa
- E) financeira

**Comentários:** A alternativa E é o gabarito da questão.

A **assistência material** ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. Dessa forma, o estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

Quanto à **assistência à saúde** do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico. Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, **mediante autorização da direção do estabelecimento**. Pessoal, será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, **extensivo ao recém-nascido**.

Já a **assistência jurídica** é destinada aos presos e aos internados **sem recursos financeiros** para constituir advogado. As Unidades da Federação deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais. Para isso, as Unidades da Federação deverão prestar auxílio estrutural, pessoal e material à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais.



Em todos os estabelecimentos penais, haverá local apropriado destinado ao atendimento pelo Defensor Público.

Outra coisa, segundo a norma, fora dos estabelecimentos penais serão **implementados Núcleos Especializados da Defensoria Pública** para a prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos réus, sentenciados em liberdade, egressos e seus familiares, sem recursos financeiros para constituir advogado.



No caso da **assistência educacional**, compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Sendo que o ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

Em 2015, tivemos algumas novidades na LEP, o ensino médio, regular ou supletivo, com formação geral ou educação profissional de nível médio, **será implantado nos presídios**, em obediência ao preceito constitucional de sua universalização. O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico. Sendo que a mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.

Vejamos uma possível questão de prova:



**(2021) No caso da assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Sendo que:**

- A) o ensino de 1º grau será obrigatório.
- B) o ensino de 1º e do 2º grau será obrigatório.
- C) o ensino de 1º grau facultativo.
- D) o ensino técnico será obrigatório.
- E) o ensino de 1º, 2º e 3º grau será obrigatório.

**Comentários:** A **alternativa A** é o gabarito da questão.

Outra novidade, é que o ensino, ministrado aos presos e as presas, **integrar-se-á ao sistema estadual e municipal** de ensino e será mantido, administrativa e financeiramente, com o apoio da União, não só com os recursos destinados à educação, mas pelo sistema estadual de justiça ou administração penitenciária.

Os sistemas de ensino oferecerão aos presos e às presas cursos supletivos de educação de jovens e adultos.

União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal incluirão em seus programas de educação à distância e de utilização de novas tecnologias de ensino, o atendimento aos presos e às presas.



Entre as novidades que tivemos em 2015, destaco que **o censo penitenciário** deverá apurar:

- o nível de escolaridade dos presos e das presas;
- a existência de cursos nos níveis fundamental e médio e o número de presos e presas atendidos;
- a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico e o número de presos e presas atendidos;
- a existência de bibliotecas e as condições de seu acervo;
- outros dados relevantes para o aprimoramento educacional de presos e presas.

Para fecharmos esta parte, é preciso saber que as atividades educacionais podem ser **objeto de convênio** com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

Falando um pouco da **assistência social**, esta tem a finalidade de amparar o preso e o internado e **prepará-los para o retorno à liberdade**.



Incumbe **ao serviço de assistência social**:

- conhecer **os resultados** dos diagnósticos ou exames;
- relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, **os problemas e as dificuldades** enfrentadas pelo assistido;
- acompanhar **o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias**;
- promover**, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, **a recreação**;
- promover a orientação do assistido**, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;
- providenciar a **obtenção de documentos**, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;
- orientar e amparar**, quando necessário, **a família** do preso, do internado e da vítima.

Temos, também, a **assistência religiosa** (com liberdade de culto), que será prestada aos presos e aos internados, permitindo a eles participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa. Para isso, haverá, no estabelecimento, local apropriado para os



cultos religiosos. Seguindo os preceitos constitucionais, nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

Fechando esta parte sobre **a assistência ao preso**, temos a assistência ao egresso, que consiste:

- ✓ na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;
- ✓ na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de **2 meses** (pode ser prorrogado uma única vez, comprovado, por declaração do assistente social, o empenho na obtenção de emprego).



Considera-se egresso para os efeitos da LEP:

- o liberado definitivo**, pelo prazo de **1 ano a contar da saída** do estabelecimento;
- o liberado condicional**, durante o período de prova.

Não esqueçam que o serviço de assistência social colaborará com o egresso para a obtenção de trabalho.

## 2 - DO TRABALHO

Pessoal, o trabalho é um direito e um dever do preso, é de grande valia para o processo de humanização que consiste no respeito aos direitos humanos, **na adequação do estabelecimento penal aos padrões de higiene e a ressocialização do preso**. O trabalho serve de terapia ocupacional, evita a ociosidade e estimula a dinâmica de grupo. Propiciando ao preso a **oportunidade de aprender uma profissão e de se qualificar para o mercado** de trabalho concorrido. O trabalho realizado pelo preso não somente o beneficia, conforme veremos mais a frente, como também ao Estado, as pessoas físicas ou jurídicas que lhe proporcionam trabalho e a toda a sociedade.

Segunda a Lei de Execução Penal, para a realização do trabalho pelo preso deverá ser observado quanto a organização e os métodos de trabalho as precauções relativas à segurança e a higiene, **não estando**, porém, **abrangido pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho**.



O trabalho do condenado, como dever social e **condição de dignidade humana**, terá finalidade educativa e produtiva.

O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, **não podendo ser inferior a 3/4** do salário mínimo. O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- ✓ à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- ✓ à assistência à família;
- ✓ a pequenas despesas pessoais;
- ✓ ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.

E o que sobrar, professor? Então, segundo a norma será depositada a parte restante para constituição do pecúlio, em Caderneta de Poupança, **que será entregue ao condenado quando posto em liberdade**.

Fiquem atentos a um detalhe, caso essas tarefas sejam executadas **como prestação de serviço à comunidade**, elas não serão remuneradas.

## 2.1 - Do Trabalho Interno

O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Já para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e **só poderá** ser executado no interior do estabelecimento.

Na atribuição do trabalho **deverão ser levadas em conta**:

- ✓ a habilitação;
- ✓ a condição pessoal;
- ✓ as necessidades futuras do preso;
- ✓ as oportunidades oferecidas pelo mercado.

Esse trabalho, realizado pelo preso, deverá ser limitado, tanto quanto possível, o artesanato sem expressão econômica, salvo nas regiões de turismo.

Pessoal, seguindo as regras da Constituição, a **jornada normal** de trabalho não será inferior a 6 nem superior a 8 horas, com descanso nos domingos e feriados. Poderá ser atribuído **horário especial** de trabalho aos presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento penal.







Presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento prisional **têm jornada de 6h diárias considerada para remissão de pena**. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal.

Mais à frente, vamos falar sobre remissão!

Vejamos uma possível questão de prova:



(2021) Segundo o STF, presos designados para os serviços de conservação e manutenção do estabelecimento prisional têm jornada:

- A) de 8h diárias consideradas para remissão de pena.
- B) de 4h diárias consideradas para remissão de pena.
- C) de 6h diárias consideradas para remissão de pena.
- D) de 6h diárias, mas não são consideradas para remissão de pena.
- E) de 8h diárias, mas não são consideradas para remissão de pena.

**Comentários:** A alternativa C é o gabarito da questão.

É importante saber, também, que os **maiores de 60 anos** poderão solicitar ocupação adequada à sua idade, já os **doentes ou deficientes físicos** somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado.

O trabalho poderá ser gerenciado por fundação, ou empresa pública, com autonomia administrativa, e terá por objetivo a formação profissional do condenado. Só que, nesse caso, incumbirá à entidade gerenciadora promover e supervisionar a produção, com critérios e métodos empresariais, encarregar-se de sua comercialização, bem como suportar despesas, inclusive pagamento de remuneração adequada.

Os governos federal, estadual e municipal **poderão celebrar convênio com a iniciativa privada**, para implantação de oficinas de trabalho referentes a setores de apoio dos presídios.



Como incentivo, os órgãos da Administração Direta ou Indireta da União, Estados, Territórios, Distrito Federal e dos Municípios **adquirirão, com dispensa de concorrência pública**, ou seja, sem licitação, os bens ou produtos do trabalho prisional, sempre que não for possível ou recomendável realizar-se a venda a particulares. As rendas irão para a fundação que eu mencionei acima se existir, caso contrário, irá para o estabelecimento.

## 2.2 - Do Trabalho Externo

Sobre o trabalho externo, é preciso saber que será possível **para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas (limitado a 10% no máximo do total de empregados) realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas** (responsáveis pela remuneração), desde que tomadas todas as devidas cautelas, para não haver fuga. A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.



A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/6 da pena.

Pessoal, caso o venha praticar fato definido como crime, ser punido por falta grave, ou tiver comportamento contrário aos requisitos estabelecidos acima, será revogado sua autorização de trabalho externo.

Vejamos umas questões da FCC!



(2016 – FCC - DPE-BA - Defensor Público) Sobre o trabalho e o estudo dos apenados, bem como acerca da remição, é correto afirmar:

a) O tempo a remir pelas horas de estudo será acrescido de  $\frac{1}{2}$  no caso de conclusão do ensino fundamental durante o cumprimento da pena, desde que a conclusão seja certificada pelo órgão competente do sistema de educação.



- b) O condenado que usufrui liberdade condicional poderá remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo do período de prova.
- c) Se o preso restar impossibilitado de prosseguir no trabalho, por acidente no local do labor, não poderá continuar a se beneficiar com a remição enquanto perdurar o afastamento.
- d) O trabalho externo, segundo a Lei de Execuções Penais, é permitido apenas aos presos dos regimes semiaberto e aberto.
- e) O trabalho interno é obrigatório para os presos definitivos e provisórios.

**Comentários:** A alternativa B é o gabarito da questão.

(2015 – FCC - TJ-PI - adaptada) De acordo com a Lei de Execução Penal, julgue o item:

O trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva, e será admissível para os presos em regime fechado em caráter externo somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, sendo vedado quanto às entidades privadas.

**Comentários:** A assertiva está **ERRADA**.

(2015 – FCC - TJ-RR - Juiz Substituto) O trabalho é reconhecido como um dever e um direito. Nesse sentido, segundo a Lei de Execução Penal, é correto afirmar que

- a) o trabalho externo será permitido nos regimes aberto e semiaberto, sendo proibido no regime fechado.
- b) o condenado perderá sempre  $\frac{1}{3}$  dos dias remidos pelo trabalho em caso de cometimento de falta grave, desde que devidamente apurada em processo administrativo e homologada pelo juiz da execução.
- c) a remuneração deverá atender, dentre outras finalidades, as pequenas despesas pessoais do condenado.
- d) a autoridade administrativa deverá encaminhar ao juiz, semestralmente, uma cópia dos registros de todos os condenados que estejam trabalhando com informação dos dias trabalhados.
- e) o juiz, ao conceder o livramento condicional, poderá, em caráter complementar e facultativo, subordinar o livramento a obtenção de ocupação lícita pelo liberado.

**Comentários:** A alternativa C é o gabarito da questão.

### 3 - DOS DEVERES

Todo condenado (**cabe ao preso provisório também**), além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena, assim, constituem deveres do condenado:

- ✓ comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;
- ✓ obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;
- ✓ urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;



- ✓ conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;
- ✓ execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;
- ✓ submissão à sanção disciplinar imposta;
- ✓ indenização à vítima ou aos seus sucessores;
- ✓ indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;
- ✓ higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;
- ✓ conservação dos objetos de uso pessoal.

## 4 - DOS DIREITOS

Os direitos dos presos (**lembrando que cabe ao preso provisório e a quem está cumprindo medida de segurança**) estão indicados na Constituição Federal e na Lei de Execução Penal, lei que trata do direito dos presos e de sua integração à sociedade. A Constituição Federal em seu artigo 5º XLIX, assegura aos presos o respeito à integridade física e moral, e a Lei de Execução Penal determina que o Estado tem obrigação e deverá prestar ao preso:

- ✓ alimentação suficiente e vestuário;
- ✓ atribuição de trabalho e sua remuneração;
- ✓ Previdência Social;
- ✓ constituição de pecúlio;
- ✓ proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- ✓ exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
- ✓ assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- ✓ proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- ✓ entrevista pessoal e reservada com o advogado;
- ✓ visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- ✓ chamamento nominal (nada de apelidos);
- ✓ igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
- ✓ audiência especial com o diretor do estabelecimento;
- ✓ representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;
- ✓ contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes;
- ✓ atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

Entretanto, alguns desses direitos podem ser suspensos ou restringidos pelo diretor do estabelecimento. Para isso, o diretor deve motivar o seu ato!





Vejamos quais são esses direitos que podem ser suspensos, no caso acima:

- a. proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- b. visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- c. contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

Seguindo, é garantida a liberdade de contratar médico de confiança pessoal do internado ou do submetido a tratamento ambulatorial, por seus familiares ou dependentes, a fim de orientar e acompanhar o tratamento. Mas, caso venham existir divergências entre o médico oficial e o particular, serão resolvidas pelo Juiz da execução.

Pessoal, na próxima aula, eu entrarei numa parte muito importante: "Da disciplina". Vamos, agora, fazer mais algumas questões.

Aguardo vocês na próxima aula!

Grande abraço e bons estudos!

## LISTA DE QUESTÕES



**1. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Anulada") A assistência material ao preso**

- a) compreende a garantia de instalações higiênicas, além do fornecimento de alimentação e vestuário, que podem ser exigidos judicialmente tanto no plano individual como por meio de tutela coletiva.
- b) garante o apoio assistencial ao preso por entidades de caridade e organizações não-governamentais.
- c) revela o caráter assistencialista da execução penal em prol da ressocialização por meio do trabalho e do estudo.
- d) é um exemplo de contrariedade e oposição entre o disposto na Lei de Execução Penal e nas Regras de Mandela.
- e) consiste na entrega de materiais para trabalho pela direção da unidade prisional, de modo a possibilitar a remição.

**2. (AOCP - Assistente Administrativo (SUSIPE)/2018) Acerca da execução penal, disciplinada na Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Os condenados por qualquer crime, doloso ou culposos, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.
- b) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- c) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.
- d) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- e) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

**3. (AOCP - Técnico de Administração e Finanças (SUSIPE)/Administração/2018 (e mais 12 concursos) A Lei de Execução Penal dispõe sobre o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana. Quanto às previsões legais dessa matéria, assinale a alternativa correta.**

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 2/4 (dois quartos) do salário mínimo.



c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.

d) O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.

e) A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/5 (um quinto) da pena.

**4. (AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) A Lei de Execução Penal dispõe sobre o condenado e o internado. Acerca desse assunto tratado na Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa correta.**

a) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes, independentemente dos aspectos de sua personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

b) A classificação dos condenados será feita por Comissão Técnica de Classificação existente em cada estabelecimento, que será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 2 (dois) psiquiatras, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.

c) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá, dentre outras ações, entrevistar pessoas.

d) A Comissão Técnica de Classificação não poderá requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.

e) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

**5. (AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) São garantidos aos condenados e internados uma série de assistências previstas na Lei de Execução Penal. Acerca dessas assistências, assinale a alternativa correta.**

a) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

b) A assistência à saúde do preso e do internado ocorre em caráter apenas curativo e compreende o atendimento médico, farmacêutico e odontológico.



c) As Unidades da Federação não deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais, sendo obrigação do condenado providenciar defensor particular.

d) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Dessa forma, o ensino de 1º grau será facultativo, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

e) A assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão obrigatória de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 3 (três) meses.

**6. (AOCP - Técnico em Enfermagem (SUSIPE)/2018) A Lei Federal no 7.210/1984, ao dispor sobre a Execução Penal, apresentou em seu Título II considerações sobre a pessoa do condenado e do internado, tratando de sua classificação e assistência. Com base nessas informações e no contido na respectiva lei, assinale a alternativa correta.**

a) A classificação dos condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado servirá para individualizar a aplicação da lei penal, ocasião em que, havendo elementos suficientes para se aferir a personalidade e os antecedentes criminais, não haverá a necessidade de realização de exame criminológico.

b) Como forma de prevenir o crime e orientar o retorno do preso ou do internado à convivência em sociedade, é obrigatório ao Estado, ao Poder Público e à coletividade o dever de assistência material, jurídica, social, educacional, religiosa, social e de saúde.

c) É entendido que o dever de auxílio (estrutural, pessoal e material) das Unidades da Federação à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais, faz parte da assistência material ao preso e ao internado.

d) No estabelecimento prisional ou de internação, por força da assistência religiosa, haverá local apropriado para os cultos religiosos, respeitando, inclusive, a posse de livros de instrução religiosa.

e) Por ser a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico uma assistência social ao preso, como forma de sua melhor efetivação, pode ser realizado o convênio com entidades públicas ou particulares.

**7. (IESSES - Notário e Registrador (TJ AM)/Remoção/2018) Está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade, segundo a Lei de execução penal, o condenado à:**

a) Pena alternativa de liberdade.

b) Pena de multa.

c) Pena restritiva de direitos.





d) Pena privativa de liberdade.

**8. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Reaplicada") Conforme a Lei de Execução Penal, o trabalho do preso**

a) sujeita-se aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

b) em entidade privada depende de seu consentimento expresso.

c) deve ser remunerado quando consistir em tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade, sob pena de configurar trabalho escravo.

d) provisório pode ser interno e externo em razão do princípio da presunção de inocência a que se submete.

e) deve ser remunerado mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a um salário-mínimo.

**9. (IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) O trabalho do preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. Nesse contexto, com relação ao trabalho do preso, é correto afirmar:**

a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.

b) Os doentes ou deficientes físicos não trabalharão em nenhuma hipótese.

c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade também serão remuneradas.

d) O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender, dentre outros objetivos, ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado.

e) O preso condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho.

**10. (IBFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2018) Em conformidade com o previsto na Lei de Execuções Penais, cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Dentre estas obrigações, assinale a alternativa correta quanto ao que pode ser citado como dever do condenado:**

a) exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena

b) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados

c) audiência especial com o diretor do estabelecimento



- d) entrevista pessoal e reservada com o advogado
- e) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo

**11.(Com. Exam. (MPDFT) - Promotor de Justiça (MPDFT)/2002/25º ) Assinale a opção correta em relação à execução penal.**

- a) O exame criminológico será realizado, obrigatoriamente, nos condenados a sanção privativa de liberdade, independentemente do regime de cumprimento de pena fixado na sentença.
- b) O processo de execução da pena tem o seu início com a certidão que atesta o trânsito em julgado da condenação.
- c) Desde que não empregue violência contra a pessoa, a fuga do condenado recolhido a estabelecimento penitenciário é um direito seu.
- d) O direito da pessoa presa à visita do cônjuge e o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita poderão ser restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, não havendo necessidade de intervenção judicial.

**12.(Agente Penitenciário - 2015) Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.**

I - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

II - A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, em conformidade com a Lei de Execução Penal e com o Código de Processo Penal.

III - A Lei de Execução Penal aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

- A) Apenas a afirmação I está incorreta.
- B) Apenas a afirmação II está incorreta.
- C) Apenas a afirmação III está incorreta.
- D) As afirmações I e III estão incorretas.
- E) Todas afirmações estão corretas.

**13.(Agente Penitenciário - 2015) Assinale a alternativa incorreta.**

- A) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.



- B) Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política ao condenado e internado.
- C) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- D) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- E) A assistência não se estende ao egresso.

**14.(Agente Penitenciário - 2015) Assinale a alternativa incorreta.**

- A) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
- B) Ao exame criminológico poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.
- C) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá entrevistar pessoas.
- D) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.
- E) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá realizar outras diligências e exames necessários.

**15.(SEJUS-ES - 2009) Julgue os itens com base na LEP.**

O objetivo da execução penal é efetivar as disposições de decisão criminal condenatória, ainda que não definitiva, de forma a proporcionar condições para a integração social do condenado, do internado e do menor infrator.

**16.(AGEPEN - 2014) O exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução é obrigatório para:**

- A) Os condenados somente às penas privativas de liberdade em regime fechado.
- B) Os condenados somente às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.



- C) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime fechado e para os condenados às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.
- D) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime aberto ou à pena restritiva de direitos.
- E) Os condenados somente à pena restritiva de direitos.

**17.(AGEPEN) Quanto a assistência à saúde do preso, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.**

I - A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá exclusivamente o atendimento médico e farmacêutico.

II - Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

III - Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

- a) Apenas a afirmação I está incorreta.
- b) Apenas a afirmação II está incorreta.
- c) Apenas a afirmação III está incorreta.
- d) As afirmações I e II estão incorretas.
- e) As afirmações II e III estão incorretas.

**18. (AGEPEN) A assistência ao egresso consiste:**

- a) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 1 (um) mês.
- b) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.
- c) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 3 (três) meses.
- d) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 6 (seis) meses.
- e) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 1 (um) ano.



**19.(AGEPEN) Cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Constituem deveres do condenado, exceto:**

- a) comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;
- b) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;
- c) execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;
- d) conservação dos objetos de uso coletivo;
- e) indenização à vítima ou aos seus sucessores.

**20.(AGEPEN) Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.**

I - O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.

II - A mulher condenada terá ensino médio adequado à sua condição.

III - As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.

IV - Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.

- a) Todas afirmações estão corretas.
- b) Apenas a afirmação I está incorreta.
- c) Apenas a afirmação II está incorreta.
- d) Apenas a afirmação III está incorreta.
- e) Apenas a afirmação IV está incorreta.

**21.(AGEPEN) Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Constituem direitos do preso, exceto:**

- a) alimentação suficiente e vestuário.
- b) Previdência Social.
- c) audiência especial com o representante do Ministério Público.



- d) constituição do pecúlio.
- e) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.

**22.(AGEPEN) Incumbe ao serviço de assistência social, exceto:**

- a) conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames.
- b) acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.
- c) relatar, por escrito, ao representante do Ministério Público, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido.
- d) promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.
- e) orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

**23.(2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos) O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.**

Manoel, sentenciado a vinte e cinco anos de reclusão, não reúne condições para custear a contratação de advogado que acompanhe a execução de sua pena. Nessa situação, a assistência jurídica deverá ser garantida pelo Estado, de forma integral e gratuita, sob a responsabilidade da defensoria pública, dentro e fora do estabelecimento penal.

**24.(2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos) O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.**

Pedro, analfabeto, sentenciado a oito anos de reclusão, ingressou no sistema penitenciário, consignando-se em seus registros a falta de instrução fundamental. Nessa situação, é obrigatório que o estabelecimento prisional garanta que Pedro frequente o ensino fundamental nos mesmos moldes e requisitos do sistema escolar da unidade federativa a que pertença esse estabelecimento.

**25.(2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos) O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.**

Um preso, em cumprimento de pena de reclusão em regime fechado, recebeu a notícia do falecimento de seu filho e requereu permissão para comparecer ao enterro. Nessa situação, caso seja autorizada a saída do preso, caberá ao assistente social em atividade no estabelecimento prisional acompanhar pessoalmente o preso e apresentar, ao final, ao diretor do estabelecimento, relatório em que circunstancie o comportamento do preso no período em que este estiver fora.



26. (2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos) O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Um preso, após o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo período de dez anos, foi definitivamente liberado e, contados seis meses de sua saída do estabelecimento prisional, ele requereu do Estado a concessão de alojamento e alimentação em estabelecimento adequado, bem como a colaboração para obtenção de trabalho, o que lhe foi negado, dada a sua condição de egresso. Nessa situação, foi correto o indeferimento do pedido, uma vez que o egresso não possui direito à assistência nos termos pretendidos.

27. (2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos) Com relação a assistência educacional e a assistência do trabalho do preso, fatores fundamentais para o reingresso do apenado na sociedade, julgue o item seguinte.

**SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** João, em cumprimento de pena em regime fechado, ao executar serviço de limpeza dentro do estabelecimento prisional, acidentou-se gravemente, o que resultou na perda de um dos dedos de sua mão direita.

**ASSERTIVA:** Nessa situação, e considerando-se o fato de que o trabalho interno é remunerado, João tem direito a indenização com base nas disposições legais trabalhistas.

28. (2015 – CESPE – DEPEN - Agente Penitenciário Federal - Área 5) Com relação ao trabalho e à assistência social realizados no âmbito do sistema prisional, julgue o item subsequente.

De acordo com a LEP, são considerados egressos tanto o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da data de saída do estabelecimento prisional, quanto o liberado condicional, durante o período de prova.

## QUESTÕES COMENTADAS

29. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Anulada") A assistência material ao preso

a) compreende a garantia de instalações higiênicas, além do fornecimento de alimentação e vestuário, que podem ser exigidos judicialmente tanto no plano individual como por meio de tutela coletiva.



- b) garante o apoio assistencial ao preso por entidades de caridade e organizações não-governamentais.
- c) revela o caráter assistencialista da execução penal em prol da ressocialização por meio do trabalho e do estudo.
- d) é um exemplo de contrariedade e oposição entre o disposto na Lei de Execução Penal e nas Regras de Mandela.
- e) consiste na entrega de materiais para trabalho pela direção da unidade prisional, de modo a possibilitar a remição.

**Comentários:** A alternativa A é o gabarito da questão. Vejamos os dispositivos da lei:

**Art. 11. A assistência será:**

- I - material;
- II - à saúde;
- III - jurídica;
- IV - educacional;
- V - social;
- VI - religiosa.

**Da Assistência Material**

*Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.*

*Art. 13. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.*

**30. (AOC - Assistente Administrativo (SUSIPE)/2018) Acerca da execução penal, disciplinada na Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) Os condenados por qualquer crime, doloso ou culposos, serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA, por técnica adequada e indolor.
- b) A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.
- c) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.





- d)** O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- e)** Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

**Comentários:** A **alternativa A** é o gabarito da questão.

Na letra A, temos o 9º-A - os condenados por crime praticado, dolosamente, com violência de natureza grave contra pessoa, ou por qualquer dos crimes previstos no (Crimes Hediondos), serão submetidos, obrigatoriamente, à identificação do perfil genético, mediante extração de DNA - ácido desoxirribonucleico, por técnica adequada e indolor. Na letra B, o art. 1º A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado. Na letra C, art. 3º - ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei. Na letra D, a art. 4º - o Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança. Na letra E, o art. 5º - os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal.

**31.(AOCP - Técnico de Administração e Finanças (SUSIPE)/Administração/2018 (e mais 12 concursos) A Lei de Execução Penal dispõe sobre o trabalho do condenado, como dever social e condição de dignidade humana. Quanto às previsões legais dessa matéria, assinale a alternativa correta.**

- a)** O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b)** O trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 2/4 (dois quartos) do salário mínimo.
- c)** As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade serão remuneradas.
- d)** O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.
- e)** A prestação de trabalho externo, a ser autorizada pela direção do estabelecimento, dependerá de aptidão, disciplina e responsabilidade, além do cumprimento mínimo de 1/5 (um quinto) da pena.

**Comentários:** A **alternativa D** é o gabarito da questão. Vejamos os dispositivos de cada opção: na letra A, temos o art. 28, §2º, cabe lembrar que não está sujeito ao regime da CLT. Na letra B, o art. 29, caput, não pode ser inferior a 3/4 do salário mínimo. Na letra C, o art. 30, lembrem que não são remuneradas as tarefas como prestação de serviços à comunidade. Na letra D, que é a resposta, o art. 36, caput. Na letra E, o art. 37 o cumprimento é de 1/6 da pena.



**32.(AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) A Lei de Execução Penal dispõe sobre o condenado e o internado. Acerca desse assunto tratado na Lei nº 7.210/84, assinale a alternativa correta.**

- a) Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes, independentemente dos aspectos de sua personalidade, para orientar a individualização da execução penal.
- b) A classificação dos condenados será feita por Comissão Técnica de Classificação existente em cada estabelecimento, que será presidida pelo diretor e composta, no mínimo, por 2 (dois) chefes de serviço, 2 (dois) psiquiatras, 1 (um) psicólogo e 1 (um) assistente social, quando se tratar de condenado à pena privativa de liberdade.
- c) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá, dentre outras ações, entrevistar pessoas.
- d) A Comissão Técnica de Classificação não poderá requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.
- e) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime aberto, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.

**Comentários:** A **alternativa C** é o gabarito da questão. Trata-se do art. 9º, a Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá: I - entrevistar pessoas; II - requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado; III - realizar outras diligências e exames necessários.

**33.(AOCP - Técnico em Gestão de Infraestrutura (SUSIPE)/Gestão de Informática/2018 (e mais 2 concursos) São garantidos aos condenados e internados uma série de assistências previstas na Lei de Execução Penal. Acerca dessas assistências, assinale a alternativa correta.**

- a) A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.
- b) A assistência à saúde do preso e do internado ocorre em caráter apenas curativo e compreende o atendimento médico, farmacêutico e odontológico.



c) As Unidades da Federação não deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais, sendo obrigação do condenado providenciar defensor particular.

d) A assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Dessa forma, o ensino de 1º grau será facultativo, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

e) A assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão obrigatória de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 3 (três) meses.

**Comentários:** A **alternativa A** é o gabarito da questão. Segundo o art. 12, a assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas. Dispõe ainda o art. 13 da Lei de Execução Penal que "o estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

**34.(AOCP - Técnico em Enfermagem (SUSIPE)/2018) A Lei Federal no 7.210/1984, ao dispor sobre a Execução Penal, apresentou em seu Título II considerações sobre a pessoa do condenado e do internado, tratando de sua classificação e assistência. Com base nessas informações e no contido na respectiva lei, assinale a alternativa correta.**

a) A classificação dos condenados ao cumprimento de pena privativa de liberdade em regime fechado servirá para individualizar a aplicação da lei penal, ocasião em que, havendo elementos suficientes para se aferir a personalidade e os antecedentes criminais, não haverá a necessidade de realização de exame criminológico.

b) Como forma de prevenir o crime e orientar o retorno do preso ou do internado à convivência em sociedade, é obrigatório ao Estado, ao Poder Público e à coletividade o dever de assistência material, jurídica, social, educacional, religiosa, social e de saúde.

c) É entendido que o dever de auxílio (estrutural, pessoal e material) das Unidades da Federação à Defensoria Pública, no exercício de suas funções, dentro e fora dos estabelecimentos penais, faz parte da assistência material ao preso e ao internado.

d) No estabelecimento prisional ou de internação, por força da assistência religiosa, haverá local apropriado para os cultos religiosos, respeitando, inclusive, a posse de livros de instrução religiosa.

e) Por ser a implementação de cursos profissionais em nível de iniciação ou aperfeiçoamento técnico uma assistência social ao preso, como forma de sua melhor efetivação, pode ser realizado o convênio com entidades públicas ou particulares.



**Comentários:** A **alternativa D** é o gabarito da questão. Trata-se do art. 24. A assistência religiosa, com liberdade de culto, será prestada aos presos e aos internados, permitindo-se-lhes a participação nos serviços organizados no estabelecimento penal, bem como a posse de livros de instrução religiosa.

§ 1º No estabelecimento haverá local apropriado para os cultos religiosos.

§ 2º Nenhum preso ou internado poderá ser obrigado a participar de atividade religiosa.

**35. (IESES - Notário e Registrador (TJ AM)/Remoção/2018) Está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade, segundo a Lei de execução penal, o condenado à:**

- a) Pena alternativa de liberdade.
- b) Pena de multa.
- c) Pena restritiva de direitos.
- d) Pena privativa de liberdade.

**Comentários:** A **alternativa D** é o gabarito da questão. Trata-se do art. 31 da LEP - o condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade. Parágrafo único. Para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório e só poderá ser executado no interior do estabelecimento.

**36. (FCC - Defensor Público do Estado do Amazonas/2018/"Prova Reaplicada") Conforme a Lei de Execução Penal, o trabalho do preso**

- a) sujeita-se aos ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- b) em entidade privada depende de seu consentimento expresso.
- c) deve ser remunerado quando consistir em tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade, sob pena de configurar trabalho escravo.
- d) provisório pode ser interno e externo em razão do princípio da presunção de inocência a que se submete.
- e) deve ser remunerado mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a um salário-mínimo.

**Comentários:** A **alternativa B** é o gabarito da questão. Trata-se do art. 36. O trabalho externo será admissível para os presos em regime fechado somente em serviço ou obras públicas realizadas por órgãos da Administração Direta ou Indireta, ou entidades privadas, desde que tomadas as cautelas contra a fuga e em favor da disciplina.



§ 1º O limite máximo do número de presos será de 10% (dez por cento) do total de empregados na obra.

§ 2º Caberá ao órgão da administração, à entidade ou à empresa empreiteira a remuneração desse trabalho.

**§ 3º A prestação de trabalho à entidade privada depende do consentimento expresso do preso.**

Na letra A, o art. 28, § 2º menciona que o trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Na letra C, segundo o art. 30, as tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas. Na letra D, o art. 31, Parágrafo único deixa evidente que para o preso provisório, o trabalho não é obrigatório **e só poderá ser executado no interior do estabelecimento**. Já na letra E, o art. 29. menciona que trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 (três quartos) do salário mínimo.

**37.(IBADE - Guarda de Segurança do Sistema Prisional (SEJUC SE)/2018) O trabalho do preso, como dever social e condição de dignidade humana, terá finalidade educativa e produtiva. Nesse contexto, com relação ao trabalho do preso, é correto afirmar:**

- a) O trabalho do preso está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
- b) Os doentes ou deficientes físicos não trabalharão em nenhuma hipótese.
- c) As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade também serão remuneradas.
- d) O produto da remuneração pelo trabalho deverá atender, dentre outros objetivos, ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado.
- e) O preso condenado à pena privativa de liberdade não está obrigado ao trabalho.

**Comentários:** A **alternativa D** é o gabarito da questão. Na letra A, temos o art. 28. § 2º O trabalho do preso não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho. Na letra B, temos o art. 32, § 3º Os doentes ou deficientes físicos somente exercerão atividades apropriadas ao seu estado. Na letra C, o art. 30 As tarefas executadas como prestação de serviço à comunidade não serão remuneradas. Na letra E, o art. 31 O condenado à pena privativa de liberdade está obrigado ao trabalho na medida de suas aptidões e capacidade.

**38.(IBFC - Agente de Segurança Penitenciário (SEAP MG)/2018) Em conformidade com o previsto na Lei de Execuções Penais, cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Dentre estas obrigações, assinale a alternativa correta quanto ao que pode ser citado como dever do condenado:**



- a) exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas, desde que compatíveis com a execução da pena
- b) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados
- c) audiência especial com o diretor do estabelecimento
- d) entrevista pessoal e reservada com o advogado
- e) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo

**Comentários:** A **alternativa B** é o gabarito da questão. Aqui temos dois artigos importantes. O art. 39 e o art. 41.

*Art. 39. Constituem deveres do condenado:*

*I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;*

*II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;*

**III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;**

*IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;*

*V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;*

*VI - submissão à sanção disciplinar imposta;*

*VII - indenização à vítima ou aos seus sucessores;*

*VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;*

*IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;*

*X - conservação dos objetos de uso pessoal.*

*Parágrafo único. Aplica-se ao preso provisório, no que couber, o disposto neste artigo.*

*Art. 41 - Constituem direitos do preso:*

*I - alimentação suficiente e vestuário;*

*II - atribuição de trabalho e sua remuneração;*

*III - Previdência Social;*



*IV - constituição de pecúlio;*

*V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;*

*VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;*

*VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;*

*VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;*

*IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;*

*X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;*

*XI - chamamento nominal;*

*XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;*

*XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;*

*XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;*

*XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.*

*XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.*

*Parágrafo único. Os direitos previstos nos incisos V, X e XV poderão ser suspensos ou restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento.*

**39.(Com. Exam. (MPDFT) - Promotor de Justiça (MPDFT)/2002/25º ) Assinale a opção correta em relação à execução penal.**

- a) O exame criminológico será realizado, obrigatoriamente, nos condenados a sanção privativa de liberdade, independentemente do regime de cumprimento de pena fixado na sentença.
- b) O processo de execução da pena tem o seu início com a certidão que atesta o trânsito em julgado da condenação.
- c) Desde que não empregue violência contra a pessoa, a fuga do condenado recolhido a estabelecimento penitenciário é um direito seu.



d) O direito da pessoa presa à visita do cônjuge e o contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita poderão ser restringidos mediante ato motivado do diretor do estabelecimento prisional, não havendo necessidade de intervenção judicial.

**Comentários:** A alternativa D é o gabarito da questão.

#### 40. (Agente Penitenciário - 2015) Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.

I - A execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado.

II - A jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, em conformidade com a Lei de Execução Penal e com o Código de Processo Penal.

III - A Lei de Execução Penal aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária.

A) Apenas a afirmação I está incorreta.

B) Apenas a afirmação II está incorreta.

C) Apenas a afirmação III está incorreta.

D) As afirmações I e III estão incorretas.

E) Todas afirmações estão corretas.

**Comentários:** A alternativa E é o gabarito da questão. Dispõe o artigo 1º, da Lei de Execução Penal, que "a execução penal tem por objetivo efetivar as disposições de sentença ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado".

Por sua vez, determina o artigo 2º e parágrafo único, da mesma lei, que "a jurisdição penal dos Juízes ou Tribunais da Justiça ordinária, em todo o Território Nacional, será exercida, no processo de execução, na conformidade desta Lei e do Código de Processo Penal" e que "esta Lei aplicar-se-á igualmente ao preso provisório e ao condenado pela Justiça Eleitoral ou Militar, quando recolhido a estabelecimento sujeito à jurisdição ordinária".

#### 41. (Agente Penitenciário - 2015) Assinale a alternativa incorreta.

A) Ao condenado e ao internado serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei.





- B) Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política ao condenado e internado.
- C) O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de execução da pena e da medida de segurança.
- D) A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade.
- E) A assistência não se estende ao egresso.

**Comentários:** A **alternativa E** é o gabarito da questão. Determina o parágrafo único, do artigo 10, da LEP, que "a assistência estende-se ao egresso". Os demais itens estão corretos conforme os artigos 3º, 4º, e 10, "caput", da LEP.

#### 42. (Agente Penitenciário - 2015) Assinale a alternativa incorreta.

- A) O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução.
- B) Ao exame criminológico poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.
- C) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá entrevistar pessoas.
- D) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá requisitar, de repartições ou estabelecimentos privados, dados e informações a respeito do condenado.
- E) A Comissão, no exame para a obtenção de dados reveladores da personalidade, observando a ética profissional e tendo sempre presentes peças ou informações do processo, poderá realizar outras diligências e exames necessários.

**Comentários:** A **alternativa B** é o gabarito da questão. Segundo o artigo 8º, da LEP, que "o condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução".

Entretanto, o parágrafo único, do mesmo artigo, dispõe que "ao exame de que trata este artigo poderá ser submetido o condenado ao cumprimento da pena privativa de liberdade em regime semi-aberto". As demais afirmações estão de acordo com o artigo 9º e incisos, da mesma lei.



**43.(SEJUS-ES - 2009) Julgue os itens com base na LEP.**

O objetivo da execução penal é efetivar as disposições de decisão criminal condenatória, ainda que não definitiva, de forma a proporcionar condições para a integração social do condenado, do internado e do menor infrator.

**Comentários:** A assertiva está **ERRADA**. Errado, pois não abrange o menor infrator. O ECA (Lei 8.069/90) que trata dos menores infratores.

**44.(AGEPEN - 2014) O exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução é obrigatório para:**

- A) Os condenados somente às penas privativas de liberdade em regime fechado.
- B) Os condenados somente às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.
- C) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime fechado e para os condenados às penas privativas de liberdade em regime semiaberto.
- D) Os condenados às penas privativas de liberdade em regime aberto ou à pena restritiva de direitos.
- E) Os condenados somente à pena restritiva de direitos.

**Comentários:** A **alternativa A** é o gabarito da questão. Vejamos os art. 8º da LEP: "O condenado ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime fechado, será submetido a exame criminológico para a obtenção dos elementos necessários a uma adequada classificação e com vistas à individualização da execução."

**45.(AGEPEN) Quanto a assistência à saúde do preso, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta.**

I - A assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá exclusivamente o atendimento médico e farmacêutico.

II - Quando o estabelecimento penal não estiver aparelhado para prover a assistência médica necessária, esta será prestada em outro local, mediante autorização da direção do estabelecimento.

III - Será assegurado acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido.

- a) Apenas a afirmação I está incorreta.



- b) Apenas a afirmação II está incorreta.
- c) Apenas a afirmação III está incorreta.
- d) As afirmações I e II estão incorretas.
- e) As afirmações II e III estão incorretas.

**Comentários:** A **alternativa A** é o gabarito da questão. Dispõe o artigo 14, da Lei de Execução Penal, que "a assistência à saúde do preso e do internado de caráter preventivo e curativo, compreenderá atendimento médico, farmacêutico e odontológico".

#### 46. (AGEPEN) A assistência ao egresso consiste:

- a) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 1 (um) mês.
- b) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses.
- c) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 3 (três) meses.
- d) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 6 (seis) meses.
- e) na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 1 (um) ano.

**Comentários:** A **alternativa B** é o gabarito da questão. Segundo o artigo 25º da LEP:

*"A assistência ao egresso consiste:*

*I - na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade;*

*II - na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 (dois) meses".*

#### 47.(AGEPEN) Cumpre ao condenado, além das obrigações legais inerentes ao seu estado, submeter-se às normas de execução da pena. Constituem deveres do condenado, exceto:

- a) comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;



- b) urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;
- c) execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;
- d) conservação dos objetos de uso coletivo;
- e) indenização à vítima ou aos seus sucessores.

**Comentários:** A **alternativa D** é o gabarito da questão. O art. 39º da LEP menciona que:

*"Constituem deveres do condenado:*

*I - comportamento disciplinado e cumprimento fiel da sentença;*

*II - obediência ao servidor e respeito a qualquer pessoa com quem deva relacionar-se;*

*III - urbanidade e respeito no trato com os demais condenados;*

*IV - conduta oposta aos movimentos individuais ou coletivos de fuga ou de subversão à ordem ou à disciplina;*

*V - execução do trabalho, das tarefas e das ordens recebidas;*

*VI - submissão à sanção disciplinar imposta;*

*VII - indenização à vítima ou aos seus sucessores;*

*VIII - indenização ao Estado, quando possível, das despesas realizadas com a sua manutenção, mediante desconto proporcional da remuneração do trabalho;*

*IX - higiene pessoal e asseio da cela ou alojamento;*

*X - conservação dos objetos de uso pessoal".*

**48.(AGEPEN) Analise as afirmações e assinale a alternativa correta.**

- I - O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico.
- II - A mulher condenada terá ensino médio adequado à sua condição.
- III - As atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, que instalem escolas ou ofereçam cursos especializados.
- IV - Em atendimento às condições locais, dotar-se-á cada estabelecimento de uma biblioteca, para uso de todas as categorias de reclusos, provida de livros instrutivos, recreativos e didáticos.



- a) Todas afirmações estão corretas.
- b) Apenas a afirmação I está incorreta.
- c) Apenas a afirmação II está incorreta.
- d) Apenas a afirmação III está incorreta.
- e) Apenas a afirmação IV está incorreta.

**Comentários:** A **alternativa C** é o gabarito da questão. Dispõe o parágrafo único, do art. 19 da LEP, que "a mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição". As demais estão corretas.

**49.(AGEPEN) Impõe-se a todas as autoridades o respeito à integridade física e moral dos condenados e dos presos provisórios. Constituem direitos do preso, exceto:**

- a) alimentação suficiente e vestuário.
- b) Previdência Social.
- c) audiência especial com o representante do Ministério Público.
- d) constituição do pecúlio.
- e) proteção contra qualquer forma de sensacionalismo.

**Comentários:** A **alternativa C** é o gabarito da questão. Lei de Execução Penal determina que o Estado tem obrigação e deverá prestar ao preso:

- ✓ alimentação suficiente e vestuário;
- ✓ atribuição de trabalho e sua remuneração;
- ✓ Previdência Social;
- ✓ constituição de pecúlio;
- ✓ proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
- ✓ exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
- ✓ assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
- ✓ proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
- ✓ entrevista pessoal e reservada com o advogado;
- ✓ visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
- ✓ chamamento nominal (nada de apelidos);
- ✓ igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;
- ✓ audiência especial com o diretor do estabelecimento;
- ✓ representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;



- ✓ contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes;
- ✓ atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente.

**50.(AGEPEN) Incumbe ao serviço de assistência social, exceto:**

- a) conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames.
- b) acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias.
- c) relatar, por escrito, ao representante do Ministério Público, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido.
- d) promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação.
- e) orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima.

**Comentários:** A **alternativa C** é o gabarito da questão. O art. 23º da LEP menciona que:

*"Incumbe ao serviço de assistência social:*

*I - conhecer os resultados dos diagnósticos ou exames;*

*II - relatar, por escrito, ao Diretor do estabelecimento, os problemas e as dificuldades enfrentadas pelo assistido;*

*III - acompanhar o resultado das permissões de saídas e das saídas temporárias;*

*IV - promover, no estabelecimento, pelos meios disponíveis, a recreação;*

*V - promover a orientação do assistido, na fase final do cumprimento da pena, e do liberando, de modo a facilitar o seu retorno à liberdade;*

*VI - providenciar a obtenção de documentos, dos benefícios da Previdência Social e do seguro por acidente no trabalho;*

*VII - orientar e amparar, quando necessário, a família do preso, do internado e da vítima".*

**51.(2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos) O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.**



Manoel, sentenciado a vinte e cinco anos de reclusão, não reúne condições para custear a contratação de advogado que acompanhe a execução de sua pena. Nessa situação, a assistência jurídica deverá ser garantida pelo Estado, de forma integral e gratuita, sob a responsabilidade da defensoria pública, dentro e fora do estabelecimento penal.

**Comentários:** A assertiva está **CORRETA**. Bem tranquila! Segundo o art. 15 da LEP, a assistência jurídica é destinada aos presos e aos internados sem recursos financeiros para constituir advogado. Outra coisa, o art. 16 da Lei menciona que as Unidades da Federação **deverão ter serviços de assistência jurídica, integral e gratuita**, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos penais.

**52.(2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos)** O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Pedro, analfabeto, sentenciado a oito anos de reclusão, ingressou no sistema penitenciário, consignando-se em seus registros a falta de instrução fundamental. Nessa situação, é obrigatório que o estabelecimento prisional garanta que Pedro frequente o ensino fundamental nos mesmos moldes e requisitos do sistema escolar da unidade federativa a que pertença esse estabelecimento.

**Comentários:** A assertiva está **CORRETA**. Temos aqui a assistência educacional, que é amparada pela LEP. O art. 17 da Lei menciona que àquela compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e do internado. Seguindo, o art. 18 da Lei deixa bem claro que o ensino de 1º grau será obrigatório, integrando-se no sistema escolar da Unidade Federativa.

**53.(2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos)** O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Um preso, em cumprimento de pena de reclusão em regime fechado, recebeu a notícia do falecimento de seu filho e requereu permissão para comparecer ao enterro. Nessa situação, caso seja autorizada a saída do preso, caberá ao assistente social em atividade no estabelecimento prisional acompanhar pessoalmente o preso e apresentar, ao final, ao diretor do estabelecimento, relatório em que circunstancie o comportamento do preso no período em que este estiver fora.

**Comentários:** A assertiva está **ERRADA**. A LEP menciona que os condenados que cumprem pena em regime fechado ou semi-aberto e os presos provisórios poderão obter permissão para sair do estabelecimento, mediante escolta, quando ocorrer um dos seguintes alguns fatos, e entre eles temos essa possibilidade quando do falecimento ou doença grave do cônjuge, companheira, ascendente, descendente ou irmão. Mais à frente, vamos aprofundar neste assunto.



**54. (2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos)** O próximo item apresenta uma situação hipotética, seguida de uma assertiva a ser julgada à luz das medidas de assistência previstas na Lei de Execução Penal.

Um preso, após o cumprimento de pena privativa de liberdade pelo período de dez anos, foi definitivamente liberado e, contados seis meses de sua saída do estabelecimento prisional, ele requereu do Estado a concessão de alojamento e alimentação em estabelecimento adequado, bem como a colaboração para obtenção de trabalho, o que lhe foi negado, dada a sua condição de egresso. Nessa situação, foi correto o indeferimento do pedido, uma vez que o egresso não possui direito à assistência nos termos pretendidos.

**Comentários:** A assertiva está **ERRADA**. Pessoal, a assistência ao egresso consiste na orientação e apoio para reintegrá-lo à vida em liberdade; e na concessão, se necessário, de alojamento e alimentação, em estabelecimento adequado, pelo prazo de 2 meses. Isso, a partir do instante que ele requerer. Dessa forma, **considera-se egresso**, o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento. Como o egresso, na questão, tinha somente seis meses, ele ainda teria o direito.

**55. (2015 – CESPE – DEPEN - Especialista - Todas as áreas - Conhecimentos Básicos)** Com relação a assistência educacional e a assistência do trabalho do preso, fatores fundamentais para o reingresso do apenado na sociedade, julgue o item seguinte.

**SITUAÇÃO HIPOTÉTICA:** João, em cumprimento de pena em regime fechado, ao executar serviço de limpeza dentro do estabelecimento prisional, acidentou-se gravemente, o que resultou na perda de um dos dedos de sua mão direita.

**ASSERTIVA:** Nessa situação, e considerando-se o fato de que o trabalho interno é remunerado, João tem direito a indenização com base nas disposições legais trabalhistas.

**Comentários:** A assertiva está **ERRADA**. Não com base nas Leis trabalhistas! O § 2 do art. 28 da Lei deixa evidente que o trabalho do preso **não está sujeito ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho**. Entretanto, o art. 29 da Lei menciona que o trabalho do preso será remunerado, mediante prévia tabela, não podendo ser inferior a 3/4 do salário mínimo. E o produto da remuneração pelo trabalho deverá atender:

- ✓ à indenização dos danos causados pelo crime, desde que determinados judicialmente e não reparados por outros meios;
- ✓ à assistência à família;
- ✓ a pequenas despesas pessoais;
- ✓ ao ressarcimento ao Estado das despesas realizadas com a manutenção do condenado, em proporção a ser fixada e sem prejuízo da destinação prevista nas letras anteriores.





56.(2015 – CESPE – DEPEN - Agente Penitenciário Federal - Área 5) Com relação ao trabalho e à assistência social realizados no âmbito do sistema prisional, julgue o item subsequente.

De acordo com a LEP, são considerados egressos tanto o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da data de saída do estabelecimento prisional, quanto o liberado condicional, durante o período de prova.

**Comentários:** A assertiva está **CORRETA**. Conforme já vimos, considera-se egresso para os efeitos da LEP: o liberado definitivo, pelo prazo de um ano a contar da saída do estabelecimento; e o liberado condicional, durante o período de prova.



## GABARITO



## GABARITO

1. A
2. A
3. D
4. C
5. A
6. D
7. D
8. B
9. D
10. B

11. D
12. E
13. E
14. B
15. E
16. A
17. A
18. B
19. D
20. C

21. C
22. C
23. C
24. C
25. E
26. E
27. E
28. C



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



**1** Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



**2** Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



**3** Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



**4** Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



**5** Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



**6** Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



**7** Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



**8** O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.